

PAULUS Social

REVISTA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAULUS

Ano 2 – Nº 5 | Abril – Junho 2020



RETRATOS DE CONVIVÊNCIA E O COMPROMISSO DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL

OS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
PROMOVEM CÓDIGOS QUE REGEM AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

• PARCEIROS EM AÇÃO

REDE RUA E A CONTRIBUIÇÃO PARA O RESGATE
DA DIGNIDADE E DA CIDADANIA

• REFLEXÃO

FAMÍLIA, LABORATÓRIO DE VIDA



PAULUS

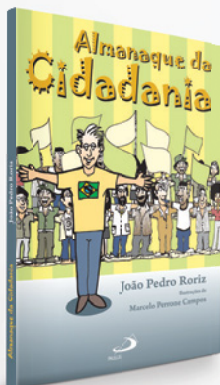
COMUNICAÇÃO PARA UM MUNDO MELHOR!

A PAULUS tem como missão promover integralmente o ser humano por meio da comunicação e da assistência social, educacional e cultural. Como dizia o fundador, o Bem-Aventurado Tiago Alberione, na porta dos conventos, antigamente, distribuíam-se pão, sopa etc., prática mantida ainda hoje em muitos lugares; assim, também é preciso distribuir na porta dos conventos a verdade e o conhecimento.

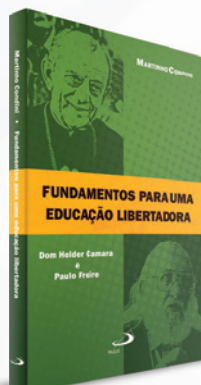
No ramo editorial, a PAULUS iniciou sua atuação no Brasil em 1931. Como difusora de cultura, saberes e sonhos, acredita que a leitura tem o poder de transformar vidas, a sociedade e o mundo!



ECOLOGIA
Vida ou morte?
João Batista
Libanio



**ALMANAQUE
DA CIDADANIA**
João Pedro Roriz



**FUNDAMENTOS PARA
UMA EDUCAÇÃO
LIBERTADORA**
Dom Helder Camara e
Paulo Freire
Martinho Condini



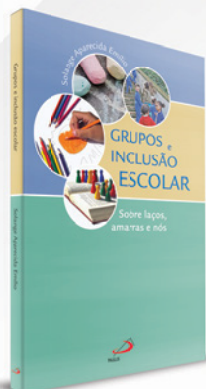
**BRASIL: UM
MOSAICO DE
CULTURAS**
Cordel
Nezite Alencar



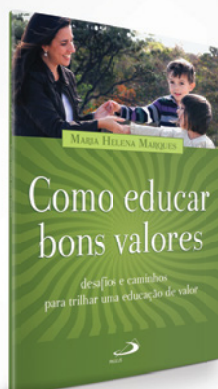
**UM CERTO DITO:
CAIPIRA**
Elinaldo Meira



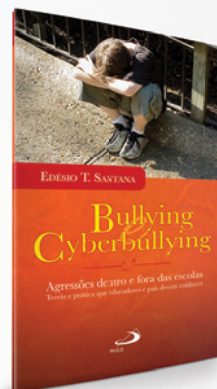
A POESIA PEDE PASSAGEM
Um guia para levar a poesia às escolas
Elias José



GRUPOS E INCLUSÃO ESCOLAR
Sobre laços, amarras e nós
Solange Aparecida Emílio



COMO EDUCAR BONS VALORES
Desafios e caminhos para trilhar uma educação de valor
Maria Helena Marques



BULLYING E CYBERBULLYING
Agressões dentro e fora das escolas – Teoria e prática que educadores e pais devem conhecer
Edésio T. Santana



ESTÍMULO DA INTELIGÊNCIA INFANTIL
Na escola e no lar
Celso Antunes



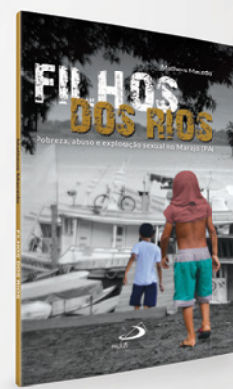
BRINCO, LOGO APRENDO
Educação, videogames e moralidades pós-modernas
Gilson Schwartz



FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO
Crítica à ideologia da exclusão
Enrique Dussel



FORMAÇÃO DE PROFESSORES
Desafios históricos, políticos e práticos
Maria Célia Borges



FILHOS DOS RIOS
Pobreza, abuso e exploração sexual no Marajó (PA)
Matheus Macedo

NOVOS TEMPOS



Sobrevivência, existência e valor

Em consonância com sua finalidade e seu compromisso, a Revista PAULUS Social traz nesta edição, em sua matéria de capa, uma potente conversa acerca da Convivência. O texto “Retratos de convivência” nos apresenta, em tela, o movimento necessário para que possamos pensar e atuar sobre esse conceito tão caro e complexo dentro da Política de Assistência Social. Embora intitulada como “retrato”, a matéria, por sua fluidez, nos conduz por *frames* em que cada colaborador atua na composição da obra-texto.

Radicalizando a convivência para o mais profundo da primeira pessoa do singular, a crônica nos conduz pelas veredas de Guimarães Rosa, sem necessariamente por elas passar.

Na editoria “Quem faz o SUAS acontecer” temos duas produções elaboradas como trabalhos conclusivos de formações do Projeto InovaSUAS, realizado de modo contínuo e planejado pelo Programa de Assessoramento da PAULUS. Em uma delas, encontramos o relato da experiência do município de São Carlos/SP com o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; noutra, a definição da acolhida como elemento estratégico nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Fechando a seção, contamos com um terceiro texto, uma explanação robusta sobre a importância da vigilância socioassistencial.

Para compor a editoria “Parceiros em ação”, apresentamos a atuação da “Rede Rua”, bem como as ações realizadas em conjunto entre a associação e o Departamento de Assistência Social da PAULUS ao longo dos últimos sete anos.

Como encerramento, temos uma reflexão sobre aquela que é a diretriz estruturante da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e o núcleo fundamental nas ofertas de proteção social do Sistema Único de Assistência Social – SUAS: a família.

Boa leitura!

PAULUS
Social

Ano 2 – Nº 5 | Abril – Junho 2020
ISSN 2596-2264

A PAULUS Social é uma publicação do Departamento de Assistência Social, mantido pela PIA Sociedade de São Paulo – PAULUS

PAULUS
Rua Francisco Cruz, 229
Vila Mariana – São Paulo/SP

Diretor geral
Pe.Valdecir Pereira Uveda

**DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DA PAULUS**

Gerente de Assistência Social
Dulcinéia Reginato Francisco

Gerente de Marketing
Pe. Jackson de Alencar

Coordenador de Marketing
Samuel Lima

Direção de arte
Thiago Rodrigues

Comissão de publicação
Aurimar Pacheco Ferreira,
Coordenador do Núcleo PAULUS de
Formação, Pesquisa e Disseminação
Social; Alberto Nascimento Filho,
Analista de Projetos Sociais;
Mira Lopes, Analista de Projetos
Sociais; Denilson de Castro,
Analista de Projetos Sociais

Arte e diagramação
Mayara Jade

Reportagem

Alberto Nascimento Filho
e Matheus Macedo

Edição de texto
Roberta Molina

Revisão
Pedro Paulo Rolim Assunção

Colaboradores

Aylanne Adriano Silvestre
Cláudia Maria Carlos
Hugo Ferreira da Silva
Inae Dandara Magalhães de Oliveira
Josafá Medeiros da Silva
Lais Roberto do Nascimento Rosa
Luan Cardoso de Souza
Luciano Márcio Freitas de Oliveira
Lucila Paula Alves da Silva
Marileide Gomes Moura

Rafaela Aparecida Araujo Parducci
Selma Leite Galindo da Silva
Mira Lopes

Tiragem
2000 exemplares

Impressão
Gráfica PAULUS

Contato
Assistência Social PAULUS
Tel.: 5081-7420
social.com@paulus.com.br
paulus.org.br

Fotos
Arquivo pessoal da PAULUS
e banco de imagens iStock

Sumário



Capa

Retratos de convivência e o compromisso da Política de Proteção Social

6

12

Crônica

Viver, verbo intransitivo



Quem faz o SUAS acontecer

De família guardiã a família acolhedora: a experiência do município de São Carlos/SP

14

18

Quem faz o SUAS acontecer

A acolhida como estratégia de atuação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos



Quem faz o SUAS acontecer

Os trabalhadores do SUAS como protagonistas da vigilância socioassistencial

22

26

Parceiros em ação

Rede Rua e a contribuição para o resgate da cidadania



Reflexão

Família nossa de cada dia

29

RETRATOS DE CONVIVÊNCIA E O COMPROMISSO DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL

OS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PROMOVEM CÓDIGOS QUE REGEM AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Por Alberto Nascimento

A palavra “conviver” tem origem no latim *convivere*, uma etimologia de fácil explicação: “viver junto”. Mesmo sendo uma palavra de significado tão simples, pode adquirir dimensões extremamente amplas. É necessário observar que, apesar da aparente banalidade do ato de conviver, sua importância o imbuí de alta complexidade. Convivência é, simultaneamente, a moldura que permeia toda a experiência da nossa vida coletiva bem como o conteúdo a determinar nossa dinâmica social.

Mira Lopes, analista de projetos sociais na Assistência Social PAULUS, que já atuou como orientadora social no Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CCA) de Olho no Futuro, observa alguns aspectos componentes do que é conviver: “De maneira geral, a convivência é a própria vida. Se a gente for pensar nesse contorno em três dimensões do nosso ser, temos primeiro o nascer e a necessidade de ter alguém que nos cuide quando se nasce, pois nós não nascemos prontos e acabados, logo, é necessário um outro que nos cuide. A gente precisa estar em relação com alguém. Depois, como uma segunda esfera, em determinado momento começamos a entender que é face aos outros que existimos; é diante do outro que passamos a nos conferir a nossa própria existência. É por nos espelhar em alguém que conseguimos nos considerar humanos. Um ser humano completamente isolado teria dificuldade de se identificar enquanto tal”, diz Mira.

O raciocínio de Mira se desdobra na constatação de como o ato de conviver gera os códigos que regem as relações interpessoais: “Se primeiro vem a sobrevi-

vência e depois a existência – essas duas esferas nas quais é necessário estar em relação, conviver, para ter essa própria noção de si –, a terceira esfera é a do valor. Trata-se do conceito de que eu preciso de outro para me atribuir valores; se sou bom, se sou mal, se sou inteligente, eu sempre o sou em relação ao que os outros são ou deixam de ser ou dizem que sou. Temos então essas três esferas: de sobrevivência, existência e valor, e a partir disso você pode encarar que a convivência é a própria vida, como algo completamente inerente à existência humana”, afirma.

Maria do Socorro, coordenadora pedagógica dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da PAULUS, faz uma análise do papel estruturante desse conceito na construção da dinâmica social: “A convivência faz parte e gera toda uma regra social. Para que a gente possa conhecer essa regra e praticá-la, é preciso ter alguns princípios. Esses princípios são também valores, como o respeito ao outro, a empatia, a lealdade. São princípios e valores que fazem parte do nosso dia a dia. Não se pode viver isolado, então, conviver é estar em sociedade, é estar no meio das pessoas, é estar junto com todos esses valores e desenvolver todos eles. Sem isso, sem enxergar e respeitar a diferença, a gente não consegue conviver com o outro”.

Todavia, essa necessidade constante de relação gera a necessidade de aprender a lidar com as tensões desenvolvidas por conta desse convívio com o diferente. Pedro Figueiredo, supervisor do CCA Formando Cidadãos, sinaliza que a convivência é ao mesmo tempo

essencial e vital, mas a gente não sabe como fazer isso: “Ela não é inata: a gente não nasce sabendo conviver, é um processo de construção”, diz Pedro.

O supervisor prossegue ilustrando alguns exemplos de como a convivência, quando não bem maturada, pode gerar transtornos cotidianos: “A convivência é algo básico, vital para a sobrevivência humana, pois ninguém vive, nem sobrevive, sozinho. Nós dependemos das outras pessoas mas, ao mesmo tempo, temos muita dificuldade para fazer isso, já que, em primeiro lugar, é absolutamente necessário ter respeito, empatia, paciência, tolerância, e isso nem sempre acontece. Eu vejo como exemplos de falhas de convivência nosso trânsito, brigas na escola e em casa; todos estes são problemas de convivência”. Ele continua, pensando em possíveis caminhos de solução para lidar com essas tensões: “Todos esses problemas poderiam ser resolvidos se um pensasse no outro mais do que em si mesmo. A convivência, essa habilidade de conviver com as outras pessoas, é essencial desde que o *sapiens* é *sapiens*, mas ela é difícil, e a gente trabalha todos os dias para tentar melhorar isso com as crianças nos Serviços de Con-

vivência e Fortalecimento de Vínculos e com as famílias, no dia a dia, tentando dar um exemplo de como conviver em paz”, diz.

A PAULUS, por meio da sua principal ação de assessoramento – o programa Direito e Cidadania –, atua de forma ativa na qualificação desse conceito dentro dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Conforme ilustra o professor Carlos Eduardo Ferrari, um dos formadores do programa: “A convivência é uma das seguranças alicerçadas pelo Sistema Único de Assistência Social, ou seja, é um compromisso da Política Pública de Assistência Social qualificar a convivência. Se o aprendizado é um elemento central da política de Educação e o cuidado é um elemento central da política de Saúde, a convivência é um elemento central da Assistência, logo, ela materializa o compromisso da Política de Proteção Social”. Ele conclui o raciocínio sinalizando o que compreende como convivência: “Ela é um conceito em permanente construção. Ela traduz a capacidade humana de se relacionar e se manifesta enquanto competência de pequenos grupos ou de grandes sociedades”.



Foto: iStock.



Foto: Pedro Figueiredo explicando o jogo "Caminho da Cidadania".

Foto: Arquivo PAULUS.

CONVIVÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

É importante também observar o lugar central da convivência no desenvolvimento da Política de Assistência Social. Maria do Socorro compartilha sua própria perspectiva: "Primeiramente, eu vejo pelo ponto de vista do direito. É necessário entender que o outro, que todo ser humano, tem seus direitos a serem respeitados, não só do ponto de vista governamental, mas também da perspectiva dos pares. A Assistência Social é uma política de direitos. Então, a partir do momento em que você enxerga o outro e o observa com esses direitos, você começa a compreender a relação entre a convivência e a assistência".

Pedro complementa a análise dessa correlação: "A convivência é o foco. Na Assistência Social a gente sempre vai falar em direitos e em convivência; esses conceitos surgem atrelados". O supervisor também considera importante observar ocasionais ruídos de interpretação acerca de uma política pública que tem em seu cerne a garantia de direitos. "Muitas vezes ocorre a interpretação de que ao

se garantir os direitos de certos grupos sociais, outros perderão uma parte dos seus direitos, e isso não é verdade. A convivência também está nisso: todos os dias, a gente aprendendo a lidar com outro, reconhecendo os direitos dos outros, compreendendo os nossos limites", diz Pedro.

Já Mira reforça a centralidade da convivência para a Assistência Social. "A importância primeira é que a convivência passa a atribuir à assistência um objeto próprio, já que ela é anterior à própria Assistência Social. É se voltando para ela que a Assistência Social encontra o seu lugar de atuação. Há uma escolha para isso. Se um dos seus objetivos é tornar a sociedade mais justa, mais equânime, e proporcionar aos seus usuários autonomia e protagonismo,

o melhor caminho para que alcance esse objetivo é se concentrando em possibilitar a elaboração de relações menos excludentes, menos opressoras, enfim: isso só se dá com diálogo e convivência", afirma Mira.

“ A convivência é o foco. Na Assistência Social a gente sempre vai falar em direitos e em convivência; esses conceitos surgem atrelados. ”

| CAMINHOS DE FORTALECIMENTO

Enquanto a importância da convivência fica cada vez mais evidente, tanto na dimensão humana quanto em seu papel central para a Política de Assistência Social, reconhece-se também a necessidade constante de uma atuação planejada e deliberada em prol do seu fortalecimento e da sua construção. Conforme sinaliza Carlos Ferrari, é necessário investir na convivência para fortalecê-la. “Isso se fortalece com formação, com desenvolvimento de tecnologias sociais, com desenvolvimento de literatura, de conteúdos audiovisuais, enfim, com desenvolvimento de conhecimento que possa ser replicado, difundido e testado. Quando a gente faz isso, todos esses conhecimentos acabam realimentando essas tecnologias sociais”. O professor aproveita para destacar como o assessoramento da PAULUS atua em prol desse objetivo. “O programa Direito e Cidadania, por exemplo, é uma tecnologia social criada para qualificar o trabalho dentro dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Hoje ele tem estratégias de monitoramento, tem conteúdo, tem começo, meio e fim. Pra mim esse é um exemplo bastante claro de como a gente trabalha a convivência e a qualifica no âmbito da assistência”, diz o professor.

Ainda atentando à importância dos processos de formação e capacitação no fomento à convivência, Mira Lopes cita como tal construção deve acontecer tendo sempre como perspectiva a criação de estratégias fluidas e maleáveis. “É necessário se organizar, organizar algumas metodologias e dar alguns passos, que precisam ser testados na aplicação diária e serem avaliados sistematicamente para que nós consigamos encontrar um caminho. Não no sentido de se elaborar algum tipo de receita de bolo, mas para termos um ‘como fazer’ que nos dê um direcionamento. Essa organização é necessária para atuar, avaliar, medir e aprimorar, abrindo novos modos de fazer”, observa Mira.

Já Maria do Socorro traz a reflexão para o contexto dos Serviços de Convivência, discorrendo sobre como fomentar a convivência no trato cotidiano com os atendidos. “Eu vejo como um estímulo constantemente gerado por cada um. Nós precisamos provocar certas coisas nas pessoas. Falando um pouco da nossa prática no SCFV: o que a gente provoca todos os dias nas crianças? Por exemplo, que elas tenham essa civilidade de olhar para o outro dentro de uma certa empatia, olhar para o outro reconhecendo que ele é diferente de você e, principalmente, respeitando essas diferenças. Eu vejo isso como um pontapé inicial. É claro que isso não é tudo, mas é um ótimo início para que a gente possa entender que todo esse aparato da convivência não pode ser desenvolvido sem um pouco de civilidade. E essa civilidade está em entender as regras sociais, com aquela lógica de valores citada anteriormente: respeito, empatia, olhar o outro reconhecendo as suas diferenças. Para mim, esse é um caminho importante”, enfatiza Maria do Socorro.

A coordenadora pedagógica também cita como é necessário dar a devida atenção ao papel do orientador social na relação direta com os atendidos. “É sempre importante estar atento à referência deles em relação às crianças para que elas possam observar neles próprios esse respeito pela



Foto: Arquivo PAULUS.

Mira Lopes dá as boas-vindas durante evento no CCA De Olho no Futuro.

diferença, pois essa é uma questão constantemente trabalhada. Nós sempre retornamos com as nossas equipes para esse tema: será que eu aceito essas diferenças? Quando isso também provoca em você alguma coisa, quando você, enquanto orientador, também se sente provocado em responder essa questão, é muito interessante. É muito importante que as crianças consigam compreender essa relação de diferença e respeito com o outro tendo como referência o orientador social e o comportamento dele”.

Por fim, Pedro Figueiredo sinaliza como o contato em si já dá vazão ao processo de fortalecimento da convivência. “No próprio estar fisicamente uns com os outros você já fortalece a relação. Tanto nós, que sempre buscamos reforçar em nossas conversas, como a presença no Serviço de Convivência são muito importantes para a criança e para a família. É essencial ter esse contato com as pessoas, a oportunidade de estar junto, de se conhecer, conhecer o outro, ouvir histórias e contar suas próprias. Isso está até na descrição geral do SCFV: ‘trocas culturais, de vivência’. Você saber o que a pessoa passou, de onde ela veio, como é a vida dela, e você também falar da sua. Nós temos muitos exemplos de *bullying* que foram resolvidos quando as duas partes passaram a se conhecer, então isso é muito importante. A convivência acontece aí”, conclui Pedro Figueiredo.



Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da PAULUS, são atendidas famílias, adolescentes e crianças a partir dos 6 anos.

É um espaço de convivência e proteção que busca aproximar famílias, comunidade e seus moradores, bem como fortalecer as relações de afeto, solidariedade, respeito, direitos, deveres e cooperação.

O mundo do trabalho, para jovens de 14 a 17 anos, possibilita vivências e experiências por meio de atividades em tecnologia, multimídia e comunicação como forma de ampliar o seu repertório de oportunidades.

São realizadas atividades lúdicas, artísticas, recreativas, culturais e do mundo do trabalho, com o objetivo de estimular o pensamento crítico e a participação cidadã.

CCA PAULUS

Rua Dias Velho, 213 - Vila Primavera
Freguesia do Ó - São Paulo/SP
CEP: 02735-040
(11) 3992-3445
supervisor.ccafreguesia@paulus.com.br

CCA DE OLHO NO FUTURO

Rua Eugênio Pacelli, 1.013 - Jardim Santa Maria
Osasco/SP
CEP: 06149-214
(11) 3591-4481
supervisor.ccaosasco@paulus.com.br

CCA FORMANDO CIDADÃOS

Rua Coronel Lisboa, 188 - Vila Mariana
São Paulo/SP
CEP: 04020-040
(11) 2894-6935
supervisor.ccavilamariana@paulus.com.br

Assistência Social PAULUS

social.com@paulus.com.br

paulus.org.br



VIVER, VERBO INTRANSITIVO

Por Mira Lopes

Conheço Tereza desde seus 12 anos: nós nos encontramos por acaso numa loja de sapatos. Antes das 13 horas daquele dia, jamais houvera sequer delirado que aquela menina existisse. Nosso encontro foi um grande susto; creio que ela nasceu ali, em meio a uma vida há 12 anos já vivida. Desde então, nossa convivência é conflituosa, raramente concordamos. Convivemos por pura necessidade. É um duplo habitar que nos incomoda e, por vezes, fere.

Tem uma frase que persegue Tereza há anos – “no viver tudo cabe” –, desde que a viu na exposição de Guimarães Rosa, no Museu da Língua Portuguesa. Isso foi em 2006, pouco depois do nosso encontro.

No início era tudo beleza, a ideia desse caber desmedido a encantava. Depois percebeu que “tudo” era muita coisa, não sabia mais se queria que tudo coubesse; que coubesse tanta coisa no viver. “Tudo” pode ser bom, “tudo” pode ser ruim. Aliás, tudo pode ser bom e ruim ao mesmo tempo, dependendo da perspectiva.

Tem escrita que não deixa a gente – nisso, Tereza e eu concordamos. Ela nem nunca leu Guimarães. Desde aquela frase, Tereza tem medo. Olha lá! Acabou de olhar para *Grande Sertão: Veredas* na estante e se assustou. Dia desses enviou uma poesia para uma amiga. “Lembrou-me Guimarães”, disse a amiga. Pensem no nosso susto! Repito: Tereza nunca nem leu o homem, mas ele a persegue por um caminho que ela sequer trilhou, é um “algo” que está entre a escrita dele e a potência do encontro.

Clarice e Manoel de Barros a perseguem também, perseguem-na com as palavras. É um perseguir que é ilusão nossa, como criança que se sente perseguida pela lua. Esses Tereza leu. Se pudesse, Tereza rolaria nas palavras deles, igual faz na grama.

Tereza se finge toda, mas gosta dessas perseguições, principalmente quando conhece o autor pelo abraço. Ariane – a amiga da poesia – é uma delas; persegue-a por todos os lados. São múltiplos os seus talentos: escreve, desenha, fotografa, pinta, toca instrumentos, é poliglota. No viver dela, a frase de Rosa – o Guimarães – parece ter encontrado lugar. Deve ser por conta do sobrenome: Castelo.

Tem também o Thiago. Não sei ao certo o que pensa Tereza, mas ele foi seu melhor professor, por certo. É poeta. O meu preferido e o de Tereza também, embora ela não goste tanto de poesia quanto eu. Ele a ensinou sobre Foucault, Nietzsche e a fez encarar Heidegger. Mas não é isso que fez dele o melhor, foram as conversas de intervalo e os passeios de bicicleta. Já faz tempo, mas lembro de Tereza se sentir passarinho nessas horas.

Numa poesia ele diz: “Fiz cinco anos de doutorado / E só ontem aprendi que ovo galado / É ovo onde o galo se enfiou de intruso / Já escrevi sobre filosofia alemã / Dialética hegeliana / Juízos sintéticos a priori / Singularidades pós-modernas / E conceitos transcendentais / Hoje escrevo sobre o meu quintal e os meus poleiros / Sendo, de-sendo e re-sendo / Onde aos fins de tarde me encaiffo / Pra saber como galinha dorme de pé / Não cai / E ainda sonha”.

O nome dessa poesia não é *cabência*, mas poderia ser. É o viver esparramado na beleza que mora dentro da filosofia das palavras e embaixo da asa da galinha. A *cabência* é tão profunda que, se nomeada com palavra já existente em várias bocas, desaparece.

Thiago a presenteou com Clarice e Jean Genet; o último, por pura descaradice, ela ainda não leu. O problema é que ela gosta de ler, rever, experimentar de



novo. Daí que o novo demora. Tereza se demora em tudo, justamente porque tem a impressão de que não cabe tanta coisa. Já me confessou que, se experimenta muito, esquece e o experimentado fica sem sentido, sem substância. Mas gosta de mudar caminhos, os dela e os dos outros, se der.

Tereza tem uma coisa com o caber que é líquida. Sim, ela é líquida. Mas não é aquela liquidez do velho polonês; é liquidez de encontrar caminho, de se esgueirar pelas frestas da existência, de desaguar cachoeira. Não fosse a queda, seu viver não seria tão profundo.

Ontem mesmo peguei Tereza pensando no contexto da frase “no viver tudo cabe”. Ficou até zonga, depois danou a escrever. Achei petulância o fato de, sem saber sobre o que, ainda assim escrever. Discutimos. De-

pois ponderei que quem escreve uma frase como essa espera por tudo. Guimarães haveria de perdô-la pelo enxerimento. Afinal, não há maneira de sair incólume de tal afirmação.

No final das contas, depois de procurar compreender o desentendimento solipsista que nela a frase provoca, acabou encontrando uma resposta. Fato é que Tereza, por acaso, entendeu. Entender a deixou eufórica e, em lugar de escrever, mirou-me no espelho e gritou: EU NÃO ME CAIBO!

Horrorizadas, mas também encantadas, nos olhamos com admiração. Numa versão tupiniquim de Munch, lá estava o grito, o nosso grito.

Ao fim do grito eu nasci, e Tereza se deu conta de minha existência. Espelho é algo que não se encara só.

**QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER**



**DE FAMÍLIA GUARDIÃ A
FAMÍLIA ACOLHEDORA:
A EXPERIÊNCIA DO
MUNICÍPIO DE
SÃO CARLOS/SP***

Por Hugo Ferreira da Silva, Luan Cardoso de Souza e
Luciano Márcio Freitas de Oliveira

O município de São Carlos tem área territorial de 1.136,91 km² e uma população estimada para o ano de 2019 de quase 252 mil habitantes. O município conta com a presença de indústrias e comércio regional. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, São Carlos apresenta um índice muito alto de 0,805, tendo a longevidade como melhor indicador, o que situa a cidade na 28ª posição entre os 5.568 municípios brasileiros (IBGE, 2018).

O crescimento urbano pouco criterioso em razão da forte migração, com a ampliação de áreas residenciais, principalmente nas regiões mais periféricas da cidade, não foi acompanhado por crescimento equivalente do ponto de vista da extensão e cobertura das políticas públicas. A área urbana mais afetada foi a parte sul da cidade, correspondente à região conhecida como Grande Aracy. Esses fatos contribuíram para a elaboração do diagnóstico que justificou as mudanças na organização da Política de Assistência Social no município, visando descentralizar a oferta de serviços socioassistenciais a partir de 2006, após a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

No que se refere à resposta institucional para crianças e adolescentes que se encontram afastados da família de origem devido à aplicação de medida protetiva, temos o Abrigo Institucional como principal unidade socioassistencial de alta complexidade. Para a elaboração do artigo, não foi encontrada literatura sobre o serviço citado. Dessa forma, destacamos como material de análise os projetos elaborados pelas equipes da Secretaria de Cidadania e Assistência Social e as leis municipais alusivas ao acolhimento institucional e à Família Acolhedora, datadas do início dos anos 2000. Naquele período, o desenho institucional para o acolhimento de crianças e adolescentes era composto por duas unidades: o abrigo institucional para o público masculino, coordenado por uma Organização da Sociedade Civil vinculada à Igreja Católica, e o acolhimento institucional (antigo Albergue Infantil) “Claudia Pichi Porto” voltado para crianças de até 12 anos e que, em caráter transitório, acolhia crianças

e adolescentes do sexo feminino, pois no município não havia uma instituição própria para esse grupo.

Na busca por novas alternativas para o acolhimento das crianças e dos adolescentes, especificamente do sexo feminino, a secretaria, em parceria com o juizado da Vara da Infância, iniciou o programa “Família Guardiã” através da Lei n.º 13.219 de 8 de outubro de 2003. Dentro de suas especificidades, delegava aos técnicos da secretaria o acompanhamento e a capacitação das famílias inscritas através dos profissionais adequados e dos técnicos do Judiciário. Todo o processo dependia da aprovação final a ser realizada pelo juiz da Vara de Infância.

Nos primeiros anos de vigência do programa, verificou-se que a demanda focada apenas no público feminino se mostrou equivocada, pois situações que poderiam ter sido atendidas pelo programa foram deixadas de lado pela forma como estava estruturada a proposta. A partir da avaliação da equipe inter-setorial, apresentou-se uma reestruturação visando ampliar o público atendido e estabelecer regras mais precisas. Naquele momento também se discutia, em âmbito nacional, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, e a Política de Assistência Social já havia sido reformulada no município, demonstrando o alinhamento dos serviços e programas ao debate nacional por meio da implantação do SUAS.

No sentido da proteção integral, constituíram-se a Comissão de Casos Especiais, formada por técnicos da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (CRAS/CREAS); a Secretaria Municipal Especial para a Infância e Juventude; e as Secretarias Municipais de Educação e Saúde. A partir da atuação em rede, seriam encaminhadas para o projeto Família Acolhedora as famílias que estivessem em situação limite, caracterizadas por uma convivência familiar avaliada como inadequada e que demandassem ações conjuntas assumidas pela rede de serviços do município. Como observado, foi no documento que apareceu pela primeira vez o termo “família acolhedora”, mas o direcionamento e a vinculação estavam no programa citado.



Foto: istock

A partir do ano de 2009, o acolhimento familiar, mais conhecido como Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, passou a ser reconhecido no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e tipificado nos serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. No contexto do município de São Carlos, o programa “Família Guardiã” ficou vinculado à Proteção Social Especial de Média Complexidade, sob responsabilidade dos profissionais do CREAS. E, a partir das mudanças apresentadas pelo ECA, em 2013 foi sancionada a Lei n.º 16.597, de 13 de maio de 2013, que instituiu o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora voltado para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por determinação judicial.

Se no modelo anterior existia uma comissão interdisciplinar que envolvia vários serviços na decisão sobre quais famílias seriam atendidas, a legislação municipal em vigor apresentou uma equipe mínima, composta por dois profissionais de nível superior (assistente social e psicólogo), para atenderem no máximo trinta famílias (quinze acolhedoras e quinze de origem). Na referida lei, também se apresentam as atribuições da equipe que foi incumbida de selecionar as famílias, capacitá-las, bem como realizar a inscrição junto ao CREAS do município e, depois, encaminhá-las pela Secretaria de Cidadania e Assistência Social à Vara da Infância e Juventude para posteriores determinações deste órgão quanto ao acolhimento de uma criança ou adolescente cadastrado. Nesse aspecto, observamos uma aproximação com as

orientações previstas para o funcionamento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, contudo, não houve a compreensão de que se trata de um serviço tipificado na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, uma alternativa ao acolhimento institucional na modalidade de abrigo institucional, prevalecendo como uma atuação de média complexidade vinculada ao CREAS.

Em 2014, iniciou-se a capacitação da equipe e o lançamento oficial do serviço Família Acolhedora, que contou com a participação de diversos setores da rede. Após o período de lançamento e divulgação, famílias procuraram o serviço para obter orientações e saber como funcionava o acolhimento familiar. Observou-se que algumas pessoas confundiram o acolhimento familiar com adoção e o viram como alternativa para adotar uma criança. Assim, parte dos interessados não pôde ser cadastrada, visto que seu interesse não era acolher provisoriamente, mas adotar.

No segundo semestre de 2015, após realização de processos de orientação quanto aos objetivos do serviço e à seleção das famílias, conforme preconizado pelas orientações normativas, chegou-se ao número de quatro famílias cadastradas, que passaram por todas as etapas necessárias para inclusão. Em setembro do mesmo ano, foi realizada a capacitação de todas as famílias, com os relatórios indicativos de inclusão no programa enviados à Vara da Infância e Juventude de São Carlos para validação do processo. Em maio de



2016, como estratégia de divulgação do programa Família Acolhedora, a Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social lançou a campanha Mês de Mobilização para Proteção da Criança e do Adolescente, sendo utilizados vários meios de divulgação. Após a campanha, constatou-se aumento da procura por parte da população, com a inclusão de mais duas famílias.

Desde seu início, o serviço funcionou com a equipe mínima, contudo foi assumido exclusivamente pela coordenadora do CREAS devido ao remanejamento dos profissionais para atuarem nas situações de média complexidade (PAEFI). Ou seja, o cenário com equipe de referência do serviço durou somente até o segundo semestre de 2016. Depois disso, o serviço Família Acolhedora, confundido com média complexidade, passou a ser realizado por apenas um profissional, que o acumulava com a coordenação da unidade CREAS, tendo dificuldades para a capacitação de novas famílias. Apesar disso, conseguiu-se manter as famílias cadastradas, que foram acompanhadas em conjunto com a equipe técnica do CREAS.

A partir da lei publicada no ano de 2013, observaram-se discussões sobre os novos arranjos familiares e a articulação com a rede socioassistencial e demais políticas, demonstrando avanço conceitual. Entretanto, a forma como foi organizado, vinculado à Proteção Social Especial de Média Complexidade, dificultou alguns avanços em relação à implementação

desse serviço: 1) conforme descrito acima, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora continuou na metodologia da Família Guardiã, confundindo as ações com o CREAS, descaracterizando assim o papel dos profissionais específicos para esse serviço; 2) na operacionalização desse arranjo municipal, e por não ser compreendido como uma modalidade de acolhimento na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, a porta de entrada para o Família Acolhedora ficou a cargo da institucionalização da criança/adolescente no abrigo institucional, ou seja, a equipe do abrigo selecionava as crianças com o perfil indicado pelas famílias acolhedoras encaminhando-as para uma nova modalidade de acolhimento. Esse arranjo ainda reforça o abrigo institucional como primeira opção para o acolhimento das crianças e adolescentes no município de São Carlos.

É nessa difícil travessia, permeada por conflitos, que situamos o debate sobre o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, pois, conforme demonstrado, tal serviço consiste numa ferramenta que possibilita a materialização dos novos pressupostos por ter como principal objetivo o fortalecimento do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que se encontram com seus direitos violados, mesmo que em famílias temporárias.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Diagnóstico rede socioassistencial. São Carlos, 2019.

VALENTE, Jane. *Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento. São Paulo: Paulus, 2018.*

* Texto produzido como trabalho de conclusão da formação "Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora", do Projeto InovaSUAS, do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social. A formação ocorreu em Campinas/SP em 2019.



Foto: iStock

**QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER**

A ACOLHIDA COMO
ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO
DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS*

Por Aylanne Adriano Silvestre, Cláudia Maria Carlos,
Inae Dandara Magalhães de Oliveira, Josafá Medeiros da Silva,
Lais Roberto do Nascimento Rosa, Lucila Paula Alves da Silva
e Marileide Gomes Moura

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV desenvolve atividades que são realizadas a partir da exposição dialogada com grupos de discussão, da leitura e dos comentários de textos, de vídeos, debates, entre outras atividades. Tais ações visam contribuir com a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária dos usuários. Todo esse arcabouço de propostas socioeducativas, no entanto, só criará espaços para a transformação a partir do exercício da acolhida como um elemento constitutivo das metodologias empreendidas.

De acordo com o Caderno de Perguntas Frequentes do SCFV (2017, p. 8):

O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

O ato de acolher é considerado na Política de Assistência Social de Proteção Básica como um dos aspectos essenciais para a efetivação dos direitos dos usuários do Sistema Único da Assistência Social – SUAS. No SCFV, a acolhida tem de ser um movimento contínuo, que aconteça não apenas no momento da chegada dos usuários ao espaço em que é executado o serviço, mas em cada atividade e vivência desenvolvida com eles.

Por meio da reflexão sobre as diversas maneiras de acolher e sobre a importância da criação de vínculos humanizados e transparentes entre educadores e usuários do serviço, podemos reconhecer a acolhida como uma estratégia para o desenvolvimento de confiança e de relações fortalecidas que venham a garantir vivências e proporcionem o empoderamento dos usuários, ajudando-os no enfrentamento das vulnerabilidades em que se encontram.



Foto: Arquivo PAULUS.

Segundo Esmeralda Ortiz (2011), é indispensável acreditar no outro, para que este se sinta convidado ao processo de transformação e assim se disponha a estabelecer uma relação de confiança com o profissional que o auxilia. Portanto, nesta produção textual, ressaltamos que a relação de boa convivência e permanência no SCFV dependerá do processo de acolhida.

Acompanhando essa lógica, a acolhida revela um papel fundamental dentre todos os processos desenvolvidos junto aos usuários que buscam atendimento nos serviços ofertados pela Política de Assistência Social. Uma ação acolhedora tem como estratégia principal receber e colaborar para o bem-estar do usuário. Por intermédio da acolhida pode-se desconstruir mitos, derrubar barreiras e superar dificuldades e preconceitos em relação aos serviços ofertados pelos equipamentos da Assistência Social. Diante disso, é importante definir estratégias metodológicas dinâmicas que possam conduzir melhor a ação socioeducativa, utilizando elementos capazes de promover um ambiente agradável e favorável para que os objetivos do serviço possam ser alcançados.

A acolhida aparece como uma das principais características do SCFV, aliada ao aprofundamento dos vínculos familiares e comunitários, devendo ser o ponto de partida para todos os outros elementos previstos na razão da existência desse serviço. Para um trabalho que envolva o desenvolvimento da autonomia, empoderamento dos sujeitos e fortalecimento dos vínculos (sejam eles familiares ou comunitários), deve-se primar pela existência de uma relação de



Foto: Arquivo PAULUS.

confiança e respeito mútuo entre os educadores sociais e os usuários participantes do serviço. Citamos aqui os educadores por serem os que mais se relacionam diretamente com os usuários, mas, pela natureza do serviço, toda a equipe está inserida nessa empreitada.

Por consequência, o movimento de acolhida se apresenta como aspecto essencial nesse contexto, visando à criação de um sentimento de pertença no público usuário em relação ao espaço de convivência e à equipe que ali atua.

Diante desses aspectos, a visão do educador social em relação ao vínculo que deve ser construído com o participante pressupõe a atribuição de um caráter de interdependência.

Na visão de Martin Buber (2001), a vida legítima está no encarar o outro, ou seja, no encontro entre dois seres (sujeitos). Por intermédio desse encontro cada qual se capacita para se tornar inteiro.

ACOLHIDA COMO PONTO DE PARTIDA PARA GARANTIA DA SEGURANÇA DE CONVÍVIO

Quando se concebe a Educação Social como um procedimento educacional não formal, as metodologias que envolvem os processos de aprendizagem deixam de ser engessadas, baseiam-se na cultura dos indivíduos e grupos por meio da problematização da vida cotidiana ou das temáticas que surgem como necessárias para eles. Sendo assim, existe certa liberdade na composição do método orientador das relações entre os educadores e os usuários do serviço.

De acordo com Maria da Glória Gohn:

O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas. Penetra-se, portanto no campo do simbólico, das orientações e representações que conferem sentido e significado às ações humanas. Supõe a existência da motivação das pessoas que participam. Ela não se subordina às estruturas burocráticas. É dinâmica. Visa à formação integral dos indivíduos. Nesse sentido tem um caráter humanista (2010, p. 47).

O psicólogo Carl Rogers (1991) assevera que todo ser humano possui a tendência natural para forças positivas dentro de si, para um crescimento saudável. Partindo dessa perspectiva, Rogers coloca o papel do educador como essencial para desenvolver a realização pessoal de cada sujeito. Para se chegar a esse estágio, entretanto, existem algumas condições basilares, a partir das quais o educador, no exercício de sua função, pode desenvolver processos que envolvem o “ato de acolher”. Conforme o autor, tais condições são descritas em três elementos essenciais: aceitação positiva incondicional, empatia e congruência.

O primeiro envolve o respeito e a aceitação do outro da forma como ele se apresenta, independente dos valores, princípios morais, etc. O segundo, o aspecto da empatia, é o saber sentir-estar no lugar do outro, de tal forma que o educador se permita chegar a um estágio de compreensão genuína de determinadas situações. Por fim, pela congruência, o educador deve revelar transparência e autenticidade, buscando a criação de uma relação horizontal entre ele e aqueles com os quais se relaciona.

Esses pontos não fogem do campo dos direitos dos usuários do SUAS baseados na Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) n.º 11 de 23 de setembro de 2015, a qual propõe que:

[...] as pessoas usuárias do SUAS têm direitos de conhecer o trabalhador que está atendendo-as, serem respeitadas em sua dignidade humana, terem sua privacidade protegida, terem sua personalidade preservada e história de vida resgatada, para a garantia efetiva desses direitos (BRASIL, 2015).

A acolhida deve ser um processo contínuo e cotidiano. Quando se recebe o participante pela primeira vez, ocorre a acolhida inicial, cuja importância é enorme, pois é quando se estabelece a identificação daquela família ou daquele usuário com a equipe de profissionais do serviço e com ambiente que lhe é proporcionado. Depois dessa primeira acolhida, seguem-se os movimentos contínuos de



Foto: Arquivo PAULUS.

acolhida, que devem garantir que o usuário seja tratado com atenção, sem discriminação ou preconceito. Sendo assim, o ambiente se tornará um facilitador da criação de vínculos que estimulem a mudança; que possibilitem o enfrentamento de situações de vulnerabilidade em que o usuário ou a família se encontrem.

Isso poderá fazer a diferença para os momentos posteriores de escuta, convivência social e encaminhamentos. Semzezem defende que esse é um dos momentos mais importantes para a criação do vínculo:

O profissional nesse processo deve se responsabilizar pelas respostas às demandas e vulnerabilidades apresentadas, proporcionando assim a ampliação da proteção por meio do trabalho realizado. Ainda é necessário ressaltar que a acolhida deve ser uma ação planejada para que as famílias se sintam respeitadas e apoiadas, reconhecendo o serviço como um direito (SEMZEZEM, 2012, p. 121 apud MORO, 2015, p. 52).

Importante também salientar que, para que o equipamento do Serviço de Convivência execute seus objetivos com qualidade, é importante que o quadro de recursos humanos e a estrutura física sejam adequados, assim como a garantia da formação permanente para os profissionais. Os processos formativos contribuem para a criação de metodologias e “jeitos de fazer” que contemplem as dimensões individuais e coletivas da ação socioeducativa. Assim, o desenvolvimento de atividades pode, com mais eficácia: proporcionar ambiência acolhedora, potencializando a convivência fa-

miliar e comunitária; estabelecer vínculos entre usuários, profissionais e familiares; cooperar para a construção de caminhos que possibilitem a superação das situações de vulnerabilidade ou de violação de direitos.

Podemos observar a relação direta e conseqüente entre a forma com que a acolhida é realizada e o impacto na vida dos usuários e famílias participantes do SCFV. Frente a essa constatação, cabe aos educadores sociais e demais profissionais atuantes do serviço a responsabilidade de compreender as dimensões de suas ações e eventuais omissões cotidianas, uma vez que, voluntariamente ou não, se tornam atores de transformação de mundos. Portanto, o exercício da acolhida deve ser diário, coletivamente construído e criticamente avaliado.

*Texto produzido como trabalho de conclusão da formação “O Orientador Social e a Prática Cotidiana”, do Projeto InovaSUAS, do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social. A formação ocorreu em Pernambuco, em 2019.



Foto: Arquivo PAULUS.

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

OS TRABALHADORES DO **SUAS**
COMO PROTAGONISTAS DA
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Por Rafaela Aparecida Araujo Parducci*

Foto: iStock

Uma das funções da Política de Assistência Social, juntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos, é a vigilância socioassistencial. Esta é considerada por muitos profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como uma das áreas mais complexas dentro dessa política pública. O que se percebe é a falta de esclarecimento e entendimento sobre essa temática tanto pelos gestores quanto pelos profissionais que atuam na política e que estão em campo, ou seja, os profissionais da ponta, da linha de frente.

Mas afinal, o que seria a tal “vigilância socioassistencial”? Ela faz parte das ações de gestão do SUAS e é competência tanto de quem atua nos órgãos de gestão central (secretarias municipais) quanto daqueles que trabalham na ponta gerindo os serviços diretamente públicos, quando sob responsabilidade de organizações da sociedade civil. Seus objetivos são a produção, a sistematização, a análise e a disseminação de informações territorializadas, as quais podem ser classificadas como: (a) das situações de vulnerabilidades e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios; (b) do tipo, volume e dos padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. A vigilância socioassistencial deve, ainda, considerar e compreender as diferenças e as especificidades de cada fase da vida da população. Deste modo, tem como prerrogativa fundamental subsidiar os planos municipais de assistência social por meio de diagnósticos que demonstrem uma visão da totalidade e das necessidades de proteção frente à Política de Assistência Social.

De acordo com o site do Ministério da Cidadania – Secretaria Especial do Desenvolvimento Social do Governo Federal, a vigilância socioassistencial deve ser considerada

como área de gestão da informação, dedicada a apoiar as atividades de planejamento, de supervisão e de execução dos serviços socioassistenciais por meio do provimento de dados, indicadores e análises, e deve estar estruturada e ativa em nível municipal.

Diante disso, a vigilância socioassistencial é concebida, de forma equivocada, como responsabilidade única e exclusiva da equipe de gestão central, ou, ainda, de forma fatalista, é considerada como inexistente. Quando é levada em consideração, o que acontece em muitos municípios é a criação de um setor ou de um grupo de vigilância socioassistencial ao qual é incumbida essa função. No entanto, o que se esquece é que esse setor ou o grupo é responsável por gerir a vigilância socioassistencial e não por executá-la.

É indispensável também se atentar para a necessidade de que os profissionais responsáveis por esse setor ou que compõem esse grupo sejam capacitados e possuam conhecimento da Política de Assistência Social. Esses requisitos são importantes porque essas pessoas serão responsáveis pela leitura dos dados e das informações do território e pela análise da atual conjuntura, o que afetará diretamente a proposição e a execução da Política de Assistência Social no município.

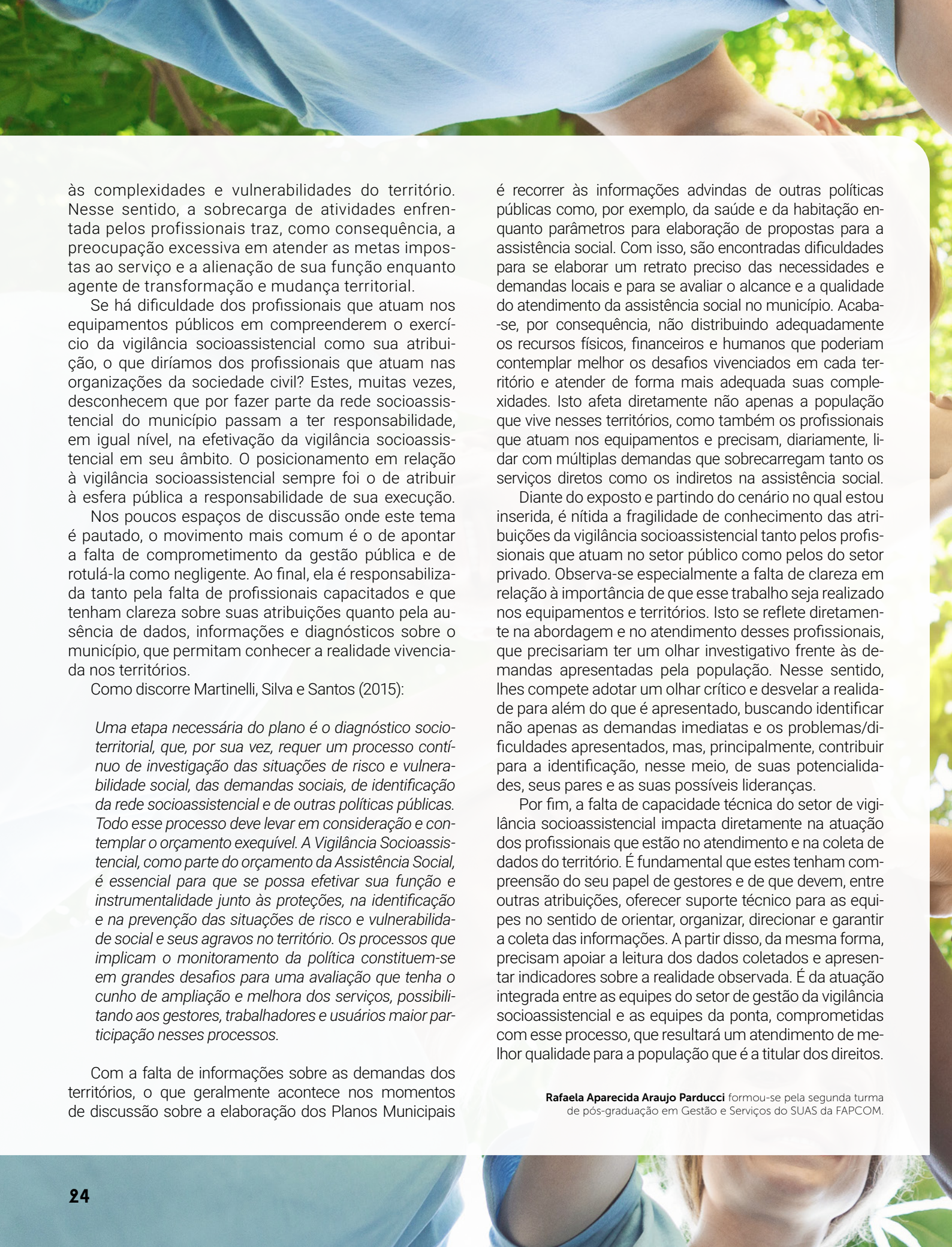
Dessa forma, a execução da vigilância socioassistencial tem que ser realizada por todos os profissionais e equipamentos da assistência social, pois estes estão diretamente vinculados – ou deveriam estar – ao território em que atuam.

Por outro lado, a análise da realidade não deve conter exclusivamente dados estatísticos, mas também informações coletadas junto à população que se encontra nos territórios. Assim, compreende-se por esse fato que a coleta de informações e dados referentes ao território são – ou deveriam ser – práticas diárias dos profissionais, uma vez que o território é um ambiente vivo.

De acordo com o caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial (p. 25):

As unidades de proteção básica ou especial nas quais são ofertados os serviços e benefícios socioassistenciais são provedoras de informações para a Vigilância Socioassistencial sempre que registram e armazenam de forma adequada dados relativos ao território e ao perfil dos usuários, além de informações referentes ao tipo e volume de atendimentos que realizam, contribuindo assim para o mapeamento de situações de risco e vulnerabilidade e de eventos de violações de direitos em determinado território. Assim, o ponto de partida para a Vigilância Socioassistencial é, em larga medida, o próprio conhecimento produzido e acumulado das equipes técnicas da Assistência Social.

Compreender a vigilância socioassistencial como atribuição não só da equipe central da gestão pública, mas, principalmente, como corresponsabilidade de todos os equipamentos de assistência social do território traz para as discussões uma compreensão ampliada da função dessa política pública. Essas discussões tornam-se objeto de embates diários, pois, em sua maioria, o número de profissionais por equipamento não é o suficiente para suprir a necessidade e atender a demanda do território. É importante levar em conta que a atribuição do número de profissionais por equipamento não deve estar atrelada à demarcação territorial e/ou ao número de famílias referenciadas por técnicos, e sim



às complexidades e vulnerabilidades do território. Nesse sentido, a sobrecarga de atividades enfrentada pelos profissionais traz, como consequência, a preocupação excessiva em atender as metas impostas ao serviço e a alienação de sua função enquanto agente de transformação e mudança territorial.

Se há dificuldade dos profissionais que atuam nos equipamentos públicos em compreenderem o exercício da vigilância socioassistencial como sua atribuição, o que diríamos dos profissionais que atuam nas organizações da sociedade civil? Estes, muitas vezes, desconhecem que por fazer parte da rede socioassistencial do município passam a ter responsabilidade, em igual nível, na efetivação da vigilância socioassistencial em seu âmbito. O posicionamento em relação à vigilância socioassistencial sempre foi o de atribuir à esfera pública a responsabilidade de sua execução.

Nos poucos espaços de discussão onde este tema é pautado, o movimento mais comum é o de apontar a falta de comprometimento da gestão pública e de rotulá-la como negligente. Ao final, ela é responsabilizada tanto pela falta de profissionais capacitados e que tenham clareza sobre suas atribuições quanto pela ausência de dados, informações e diagnósticos sobre o município, que permitam conhecer a realidade vivenciada nos territórios.

Como discorre Martinelli, Silva e Santos (2015):

Uma etapa necessária do plano é o diagnóstico socio-territorial, que, por sua vez, requer um processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade social, das demandas sociais, de identificação da rede socioassistencial e de outras políticas públicas. Todo esse processo deve levar em consideração e contemplar o orçamento exequível. A Vigilância Socioassistencial, como parte do orçamento da Assistência Social, é essencial para que se possa efetivar sua função e instrumentalidade junto às proteções, na identificação e na prevenção das situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território. Os processos que implicam o monitoramento da política constituem-se em grandes desafios para uma avaliação que tenha o cunho de ampliação e melhora dos serviços, possibilitando aos gestores, trabalhadores e usuários maior participação nesses processos.

Com a falta de informações sobre as demandas dos territórios, o que geralmente acontece nos momentos de discussão sobre a elaboração dos Planos Municipais

é recorrer às informações advindas de outras políticas públicas como, por exemplo, da saúde e da habitação enquanto parâmetros para elaboração de propostas para a assistência social. Com isso, são encontradas dificuldades para se elaborar um retrato preciso das necessidades e demandas locais e para se avaliar o alcance e a qualidade do atendimento da assistência social no município. Acaba-se, por consequência, não distribuindo adequadamente os recursos físicos, financeiros e humanos que poderiam contemplar melhor os desafios vivenciados em cada território e atender de forma mais adequada suas complexidades. Isto afeta diretamente não apenas a população que vive nesses territórios, como também os profissionais que atuam nos equipamentos e precisam, diariamente, lidar com múltiplas demandas que sobrecarregam tanto os serviços diretos como os indiretos na assistência social.

Diante do exposto e partindo do cenário no qual estou inserida, é nítida a fragilidade de conhecimento das atribuições da vigilância socioassistencial tanto pelos profissionais que atuam no setor público como pelos do setor privado. Observa-se especialmente a falta de clareza em relação à importância de que esse trabalho seja realizado nos equipamentos e territórios. Isto se reflete diretamente na abordagem e no atendimento desses profissionais, que precisariam ter um olhar investigativo frente às demandas apresentadas pela população. Nesse sentido, lhes compete adotar um olhar crítico e desvelar a realidade para além do que é apresentado, buscando identificar não apenas as demandas imediatas e os problemas/dificuldades apresentados, mas, principalmente, contribuir para a identificação, nesse meio, de suas potencialidades, seus pares e as suas possíveis lideranças.

Por fim, a falta de capacidade técnica do setor de vigilância socioassistencial impacta diretamente na atuação dos profissionais que estão no atendimento e na coleta de dados do território. É fundamental que estes tenham compreensão do seu papel de gestores e de que devem, entre outras atribuições, oferecer suporte técnico para as equipes no sentido de orientar, organizar, direcionar e garantir a coleta das informações. A partir disso, da mesma forma, precisam apoiar a leitura dos dados coletados e apresentar indicadores sobre a realidade observada. É da atuação integrada entre as equipes do setor de gestão da vigilância socioassistencial e as equipes da ponta, comprometidas com esse processo, que resultará um atendimento de melhor qualidade para a população que é a titular dos direitos.

Rafaela Aparecida Araujo Parducci formou-se pela segunda turma de pós-graduação em Gestão e Serviços do SUAS da FAPCOM.



Foto: iStock.

REDE RUA E A CONTRIBUIÇÃO PARA O RESGATE DA CIDADANIA

A ASSOCIAÇÃO BUSCA GARANTIR O DIREITO À DIGNIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E DE DEMAIS EXCLUÍDOS

Por Redação

A Associação Rede Rua, que atua com o atendimento à população em situação de rua na cidade de São Paulo, utiliza principalmente a comunicação social como meio para manifestar sua missão de construir uma rede de relações que promova o resgate da cidadania e o direito à vida digna da população em situação de rua.

Como projeto principal, a Rede Rua publica, desde 1991, o jornal *O Trecheiro*, que, conforme o *site* da associação, busca documentar e registrar os acontecimentos relacionados à população de rua e outros seguimentos marginalizados, divulgando e promovendo ações diretas com a PopRua e assessorando, no âmbito da comunicação, entidades e projetos sociais.

O início das atividades da associação se deu em 1989 por iniciativa do Pe. Arlindo Dias, de Lenir Albuquerque e de Alderon Costa, tendo como primeira realização a articulação do projeto Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados (CDCM); assim nasceu a Rede Rua. O objetivo do projeto era acompanhar e documentar a vida e a organização das pessoas que vivem em situações limite, divulgando e fazendo memória desses segmentos postos à margem da sociedade. Sua primeira sede foi na torre da Igreja Bom Jesus do Brás, bairro no qual a instituição se localiza até hoje.

Durante seus trinta anos de história, a Rede Rua atuou em diversas frentes em prol da população vulnerável, prestando serviços de assistência social como o



Foto: iStock.

Restaurante Comunitário (conhecido como Penaforte), o centro de acolhida para adultos, a Pousada da Esperança e a Chapelaria Social, que possui vagas para guardar bagagens pessoais e atua como uma casa de convivência, onde são realizadas atividades coletivas e oficinas de geração de renda, servindo de referência para que a população ali atendida tenha um endereço fixo para recebimento de correspondência.

Apesar da atuação multifacetada, a associação sempre manteve como projeto principal o jornal *O Trecheiro*, publicação sempre dedicada a desconstruir preconceitos acerca da população em situação de rua e garantir seus direitos. O jornal é escrito pela população atendida, por voluntários, colaboradores e pessoas que têm afinidade com a causa, garantindo assim uma qualidade de aprofundamento no tema, por possuir textos redigidos por quem vive o cotidiano da rua. Hoje, a Rede Rua de Comunicação continua com a mesma proposta inicial, porém mais profissionalizada, tanto em equipe de trabalho, com especialização na área de comunicação, quanto em equipamentos (câmeras, estúdio, ilhas de edição, etc.).*

A parceria entre PAULUS e Rede Rua teve início há mais de dez anos, com a impressão do jornal *O Trecheiro* para a associação. De lá para cá, a relação se afinou e se aperfeiçoou, gerando novos resultados e desdobramentos.

Em 2013, o então projeto Gestão do Cotidiano (ação vinculada ao programa de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos da PAULUS) deu início, em conjunto com a Rede Rua, a um ciclo formativo voltado à população de rua. Na ocasião, as atividades tinham como objetivo empoderar e informar esses usuários da Política de Assistência Social acerca de seus direitos e sobre quais ações tomar em caso de violação deles. Com o passar dos anos, alinhando a deliberação da Rede Rua de ter a comunicação social como principal manifestação de sua atuação com a própria *expertise* da PAULUS nesse campo, as formações evoluíram para um curso de comunicação social.



Foto: Arquivo Rede Rua.



Foto: Arquivo Rede Rua.

A primeira edição da capacitação Comunicando a Realidade e Abrindo Portas da Comunicação ocorreu em 2016, com atividades realizadas tanto na FAPCOM (Faculdade PAULUS de Comunicação) quanto na sede da Rede Rua. A iniciativa conjunta tem como objetivo capacitar a população em situação de rua no uso das ferramentas e metodologias da comunicação social em prol da reivindicação dos seus próprios direitos. Além da comunicação como tema central, também são tratadas pautas como: cidadania, direitos, autocuidado, redução de danos, assistência social e mapeamento afetivo do território. Os participantes são incentivados a se reconhecerem como sujeitos e protagonistas de sua transformação social e autorrepresentação por meio da comunicação.*

Ocorrendo anualmente, a formação conquistou resultados expressivos ao longo desses quatro anos. Foram produzidas coberturas, reportagens, crônicas, documentários e telejornais, utilizando as ferramentas obtidas durante o processo. Todavia, os produtos de comunicação são uma parcela menor dos êxitos obtidos.

“Um dos efeitos mais interessantes é observar o surgimento de comunicadores-pauta”, declara Alberto Nascimento, analista de projetos sociais que acompanhou todas as edições da formação para comunicadores sociais. “Eles se percebem ao mesmo tempo como observadores e como centro, como tema, o que gera instantaneamente uma propriedade de especialista quando produzem matérias”, conclui.

A apropriação das técnicas de comunicação social gerou em diversos participantes um senso de autonomia e identidade que ultrapassou as expectativas inicialmente assentadas. É o caso de José Sávio Coelho, popularmente conhecido como “Sô Zé”, que superou sua timidez para se tornar um cronista exemplar. Seu texto “Um passeio inesquecível” foi publicado na revista *Futuração*, n.º 14, antigo título da revista *PAULUS Social*.

“

A apropriação das técnicas de comunicação social gerou em diversos participantes um senso de autonomia e identidade que ultrapassou as expectativas inicialmente assentadas.

”

“A possibilidade de falar para vários ouvintes criou uma potência narrativa tremenda em todos os envolvidos”, prossegue Alberto. “Foi uma estratégia ótima para fugir do lugar-comum de um jornalismo que retrata simplesmente personagens. O que aconteceu foi um processo de enriquecimento de narradores, e cada um encontrou em si, progressivamente, uma estrutura que melhor atendia tanto às suas necessidades narrativas quanto emocionais”, conclui.

Uma nova edição da formação está prevista para ocorrer em 2020. Assim como nos anos anteriores, o objetivo de capacitar lideranças entre a população em situação de rua no uso de técnicas de comunicação permanece, com a certeza de mais um ano de pleno êxito. Fortalece-se a luta dos excluídos e a própria comunicação, que ganha novos olhares e novas histórias.

*Fontes: <https://rederua.org.br/> e <https://rederuasp.wordpress.com/>



Foto: iStock.

I FAMÍLIA NOSSA DE CADA DIA

Por Selma Leite Galindo da Silva*

Quantos textos, quantos conceitos são capazes de mensurar o valor da palavra “família”? Muitos e talvez incalculáveis, mas, dentro da discussão sobre seu valor e sua importância, vários fatores devem ser levados em conta. Vale lembrar que todos nós temos uma visão individual do seu significado. Na tentativa de defini-la, começando pela ideia de “porto seguro”, muitos deixam cair lágrimas e despertam seu lado poético ou religioso, seja por situações pessoais ou por histórias que permeiam suas lembranças.

O tempo registra a organização social e identifica suas mudanças, mas, ainda assim, essa palavra não perde sua essência. É algo sagrado, é vínculo, é núcleo e fonte de amor. Na teologia, é tida como o encontro de um homem e uma mulher sob as bênçãos de Deus para crescerem e se multiplicarem. Sob a perspectiva das leis humanas, envolve o casamento, o contrato social entre um homem e uma mulher que é validado por testemunhas e muita burocracia. Mas qual é o sentido real da palavra “família”?

David Émile Durkheim, filósofo e sociólogo, escreveu obras importantes sobre esse tema. Ele encarava a família como uma instituição fundamental na sociedade e a considerava como um vetor social, cujas alterações refletiam em mudanças no rumo de toda a sociedade.

Fato é que hoje a organização familiar sofreu mudanças importantes e apresenta várias configurações. A ideia patriarcal de núcleo familiar não é mais uma realidade. O número de homens que são chefe de família caiu drasticamente, e o número de mulheres que assumem este posto aumentou na mesma proporção. Há famílias constituídas apenas pelas mulheres e seus filhos, sem a presença do pai. Casais homoafetivos buscam a adoção para também configurar e formar uma família. Há avós que assumem os papéis de pai e/ou mãe, na ausência ou por negligência destes, criando seus netos quando já deveriam estar cuidando de si. Os núcleos são diversos e adquirem novo formato com a rapidez de uma nova tecnologia, e é preciso entender essa nova realidade, respeitá-la e conviver com ela.

Diante das mudanças sobram tentativas de conceituação, e nessa sobra de conceitos acaba havendo muita confusão. O Estado passou a vigiar e querer interferir no perfil das uniões, com o intuito de manter a instituição familiar no formato que os seus atuais líderes consideram “sagrado”. Meninos de azul e meninas de rosa? Mas e o amor antes da cor? Um filho deixa de ser filho quando manifesta determinada orientação sexual? Deixa de ser família? E os laços de amizade?

Estes laços podem compor uma família? Difícil responder sem passar por vários filtros.

Nossas falhas sociais e de convivência mostram que muito mais do que eternizar a palavra, precisamos entender sua função amorosa. Família é laço, é segurança, é referência. Quantas famílias são negligenciadas ou desprovidas de um olhar respeitoso e da compreensão de suas dores? Quantas mães precisam visitar seus filhos na Fundação Casa? Quantos maridos e filhos abandonam suas mulheres e mães na Casa de Detenção Feminina? Quantos alicerces são destruídos por falta de empatia e solidariedade?

Como vemos, a sociedade sofre as consequências das mudanças em seus núcleos familiares. A realidade social do país coloca homens e mulheres em situações de desarmonia, falta de emprego, de moradia digna, de condições mínimas de sobrevivência. A exclusão é a mazela de muitas famílias brasileiras. Falta pão e sobra violência. O país vive um dos piores quadros de desigualdade social do mundo, e as consequências aparecem nos faróis de trânsito e debaixo de viadutos, e quando não se tornam invisíveis diante da correria do cotidiano obrigam-nos a ver as situações de risco em que se encontram diversas famílias.

Família é canção para algumas pessoas, mas pode ser sinônimo de problemas também. Conciliar pessoas com diferentes opiniões, jeitos e idades é um desafio diário, e a convivência nem sempre é harmoniosa. Vencer as janelas que foram esquecidas abertas, a toalha molhada na cama, o prato largado na pia, a tampa do vaso abaixada são alguns dos desafios diários que, comumente, trazem discórdia. De que forma é possível amar o outro como a si mesmo se este amor requer ficar cego diante do caos em que pode se transformar a convivência?

Muitos já cantaram o tema, seja por ironia, graça ou beleza. Quem não chorou com a composição do Padre Zezinho "Oração da Família"? Ou quem não riu em algum momento ouvindo os Titãs cantando "Família", ou ainda em plenos pulmões cantou "Ovelha Negra" de Rita Lee? Nas le-

tras, o cotidiano de famílias, de pessoas e seus entes em tentativas de união, suas bênçãos e seus códigos. Viver em harmonia é ir além de si, é preocupação com o outro, é dar mais do que receber, é pisar no solo sagrado que é a história de cada integrante, respeitando suas subjetividades.

Na contramão das músicas, vemos o desgaste das relações, as superficialidades e o desafio de enxergar o outro; são muitos os problemas que afligem as famílias. O diálogo como canal de reconciliação foi deixado de lado; opta-se por recolhimento e uma individualização preocupante: "cada um no seu quadrado", sem momentos de convivência. Tal realidade promoveu mudanças também no espaço familiar: cada integrante em seu quarto, com sua TV, seu computador ou *tablet*, seu celular, mergulhado em um universo próprio.

É preciso repensar essa realidade, afinal, viver em família é um aprendizado e um importante canal de construção de personalidade. A família é o laboratório da vida, constrói raízes, imprime marcas, desenvolve gostos e sabores. Cabe a nós, resgatar o amor primeiro, o amor que tudo pode e tudo supera.

“

Só se pode viver perto de outro, e conhecer outra pessoa, sem perigo de ódio, se a gente tem amor.

Qualquer amor já é um pouquinho de saúde, um descanso na loucura.

”

Guimarães Rosa

Selma Leite Galindo da Silva é aluna do 7º semestre de Filosofia da FAPCOM



START

SUA EVOLUÇÃO



Entre as Melhores Faculdades de Comunicação do Brasil (MEC)

- Bolsas de até 100% por mérito na pontuação do ENEM ou VESTIBULAR;
- Bolsas PROUNI de 50% e 100%;
- Bolsa especiais para transferências de até 50%.



Jornalismo

 ENADE/2018 (Conceito Máximo) | 4 ANOS | Premiações INTERCOM 

Jornalismo melhor avaliado do Brasil no Conceito contínuo do ENADE

Publicidade e Propaganda

 ENADE/2018 (Conceito Máximo) | 4 ANOS | Bacharelado 

Publicidade e Propaganda melhor avaliado no ENADE na cidade de São Paulo

Rádio, Tv e Internet

 Renovação de Reconhecimento MEC/2017 (Conceito Máximo) | 4 ANOS | Bacharelado 

Fotografia

 Reconhecido MEC/2016 (Faixa de Excelência) | 2 ANOS | Graduação Tecnológica 

Relações Públicas

 Renovação de Reconhecimento MEC/2016 (Faixa de Excelência) | 4 ANOS | Premiações INTERCOM, ABRP e ABRPCORP 

Multimídia

 Reconhecido MEC/2016 (Faixa de Excelência) | 2 ANOS | Graduação Tecnológica 

Filosofia

 Bacharelado Reconhecimento MEC/2015 (Faixa de Excelência) | 3 ANOS 4 ANOS | Licenciatura - Conceito Máximo Reconhecimento MEC/2016 

Audiovisual

 Reconhecido MEC/2019 (Conceito Máximo) | 2 ANOS | Graduação Tecnológica 

Mais que um nome,
CONTEÚDO.



fapcom.edu.br
0800 709 8707

ASSESSORAMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL PAULUS



O Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social foi constituído no ano de 2011. Sua finalidade principal é construir coletivamente, a partir do conhecimento acumulado no âmbito da política de Assistência Social, soluções contextualizadas para as demandas das organizações sociais. Essa geração de oportunidades se realiza pelo investimento no usuário, o aperfeiçoamento profissional, a promoção, formação, produção e disseminação de conhecimentos.

Este serviço consolida a PAULUS como entidade de Assessoramento, cruzando todo o país com ações dirigidas ao público da Assistência Social, voltadas prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, assim como a formação e capacitação de lideranças. Os cursos, pesquisas e publicações são oferecidos gratuitamente.

A partir da atuação em rede com outras grandes organizações da Assistência Social, o Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social desenvolve ações com ênfase nas cinco regiões do país e está estruturado para dialogar e construir coletivamente as soluções para as principais demandas da política de Assistência Social no Brasil.



Assistência Social PAULUS
11 5081-7420
social.com@paulus.com.br
paulus.org.br

paulus.com.br


PAULUS